



**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
**Secretaria-Executiva do Conselho das Cidades**  
SAUS, Q. 01, Lotes 1/6, Bloco “H”, Ed. Telemundi II, 12º andar, Sala 1206-Brasília – DF – CEP 70070  
Tel.: (061) 2108.1641 [conselho@cidades.gov.br](mailto:conselho@cidades.gov.br)

## **32ª Reunião da Coordenação-Executiva do Conselho das Cidades**

Dia 25 de agosto de 2014 – das 10h às 18h - Ministério das Cidades - Sala 904

### **PARTICIPANTES**

**Coordenação:** Paulo Rochel.

**Poder Público Federal:** Paula Ravanelli.

**Poder Público Estadual:** Nelma Lisboa.

**Poder Público Municipal:** Francisco dos Santos Lopes.

**Entidades do Movimento Popular:** Bartíria Lima/CONAM, Creusamar de Pinho/UNMP e Wellington de Oliveira Bernardo.

**Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa:** Darci Campani.

**Empresários:** Henriqueta Arantes e Herivelto Jamerson.

**Trabalhadores:** Guilherme Carpintero.

**Organizações não Governamentais:** Marta Sileda.

### **Ministério das Cidades**

**Assessores Técnicos:** Marco Mota (Semob), Edson Leite (SNH), Letícia Teixeira (SNAPU) e Alexandre Godeiro (SNSA).

**Secocond:** Isabela Sbampato, João Moniz e Tereza Góes.

## **RELATO**

**Planejamento** Observou-se que seria necessário discutir o funcionamento da Coordenação-Executiva do Conselho de forma a estabelecer uma pauta de planejamento para o período. A maior preocupação é a implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e em seguida a execução dos Planos Nacionais produzidos pelas Secretarias/Comitês, o acompanhamento das resoluções e a montagem dos GTs.

É preciso muita atenção ao que estabelece o Regimento Interno, para que as decisões da Coordenação-Executiva possam ser justificadas em caso de contestação no Plenário. Nesse sentido é importante a participação da Executiva na mesa para defender as suas posições. Tudo que é questionado no Pleno tem que ser respondido com base no Regimento. Quando as decisões propostas no Pleno não são votadas, têm que ser levadas para a Executiva. Salientou-se que o papel de moderador cabe ao Secretário-Executivo do Conselho. Os servidores do Ministério não podem validar as deliberações.

Foram relacionados itens como a necessidade de maior cuidado com o quórum nas deliberações e a instituição em cada reunião da chamada “Comissão Coordenadora” que auxilia nos trabalhos do pleno e exame das propostas de resolução (cf. art. 13 do Regimento Interno do Concidades).

Decidiu-se que o novo mandato, com muitos conselheiros novos, cria o ensejo para uma

discussão do Regimento, como já foi suscitado na última reunião do Conselho. Sugeriu-se que seja feita uma leitura comentada em Plenário, realçada por um fluxograma (feito pela Seconcid) apresentando os procedimentos e regras. O estudo sobre Regimento seria importante até como processo pedagógico para o coletivo.

As reuniões precisam ter continuidade e conclusão, trazendo uma ligação com as pautas. Isso não está acontecendo por falta de comando. Reclamou-se sobre a desatualização do site do Conselho (por exemplo, registrando os produtos dos GTs e da Coordenação Executiva).

Sugeriu-se a introdução da figura de vice-presidente do Conselho, levando em conta o transtorno causado pelas frequentes trocas de ministros. Ressalta-se que atualmente o vice-presidente é o Secretário-Executivo.

Sobre o processo de votação observou-se que a convocação de suplente e assunção da titularidade pode ser bastante complicada e requer muita atenção. Há suplentes que desconhecem de quem são seus titulares. Os segmentos devem instruir seus representantes sobre o trâmite de assunção da titularidade.

### **Indicações**

Relatou-se que há situações em que é solicitada a designação de conselheiro(a)(s) para alguma representação ou participação em diversas instâncias, e ocorre alguma confusão, como a autoindicações sem consulta aos demais membros do segmento. É preciso que nos comunicados da Seconcid fique claro que os interessados procurem o coordenador do respectivo segmento.

Os membros da Coordenação Executiva devem indicar à Seconcid os pontos focais (líderes) de seus respectivos segmentos.

### **Grupos de Trabalho**

Sobre os GTs, decidiu-se que os membros daqueles que estão ativos devem se reunir antes da próxima reunião do Conselho para desenvolver e apresentar Plano de Trabalho - prazo para apresentação de resultados e demais requisitos estabelecidos no Regimento do Concidades. Mencionou-se que há GTs, como os de Conflitos e Orçamento, que constituem atividades contínuas e na verdade têm um caráter de comitê, pois os GTs devem ser um estudo sobre algum tema especial e de caráter temporário.

Solicitou-se informação sobre a instalação do GT Consórcio e de outros que também estão aprovados. Eles têm que passar pelos mesmos procedimentos estabelecidos no Regimento que os demais.

A Coordenadora Isabela relatou a situação do GT Interministerial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, cuja resolução foi encaminhada por meio de portaria ministerial à Casa Civil, durante a 5ª Conferência. Explicou que a Casa Civil determinou que a análise do Projeto de Lei que cria o Sistema fosse examinada no âmbito do Ministério das Cidades, o que já está acontecendo, por meio de um GT interno do Ministério. Alguns conselheiros objetaram que é preciso fazer uma nova resolução criando um GT Intersetorial.

### **Comunidade Isidoro**

Foi comunicado que a comunidade Isidoro, com cerca de oito mil famílias, em Belo Horizonte, está em situação de despejo iminente. Deliberou-se que o assunto seria repassado ao GT Conflitos. Solicitou-se que constasse em ata que a Secretária Inês Magalhães recebeu o GT Conflitos para ouvir sobre a Comunidade Isidoro.

### **Orçamento**

Foi solicitada a apresentação do orçamento (Anexo I). A Coordenadora Isabela relatou que solicitou suplementação orçamentária no valor de 200 mil reais e comentou que há possibilidade de necessidade de contenção de despesas para o próximo ano.

### **Resoluções**

Os Conselheiros solicitaram informações sobre o andamento das resoluções e demandam do Ministro um retorno sobre as suas decisões. O Secretário- Executivo explicou que as resoluções obedecem a um trâmite interno que normalmente contempla a Secretaria Nacional ou órgão interno sobre a qual versa o tema, a Consultoria Jurídica, além de análise de oportunidade e conveniência. Os Conselheiros replicaram que o Ministro tem que estar presente na hora das deliberações para apropriar-se das circunstâncias e motivações em que as propostas são criadas.

Foi lembrado que o Regimento Interno determina que as resoluções não homologadas devem constar do primeiro ponto de pauta da reunião do Conselho que suceder a aprovação da proposta, para apresentação da justificativa dos impedimentos, tendo sido considerado item indispensável.

Quanto à dificuldade relatada sobre a disponibilidade dos Conselheiros para participar da sistematização das resoluções, encaminhou-se que os segmentos serão responsáveis por indicar o seu representante, que devem ser, preferencialmente, os membros da “Comissão Coordenadora”.

Foi apresentada a tabela das Resoluções de 2013 e 2014 ( anexo II) e explicada a situação de cada uma. Solicitou-se que fossem levados ao Pleno os processos das Resoluções ns. 152 e 158 (Porto Açu e Política Nacional de Prevenção de Conflitos). A Coordenação Executiva observou que a Resolução referente ao apoio ao Decreto da Participação Social, se não for publicada logo, perderá seu objeto.

Explicou-se que o texto de resolução antes da sua homologação é apenas uma minuta ou projeto. Solicitou-se que as resoluções não homologadas fossem apresentadas como primeiro ponto de pauta da reunião do Conselho que suceder a sua aprovação, para apresentação da justificativa dos seus impedimentos, conforme estabelece o Regimento.

## **PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO 42ª REUNIÃO**

<b>1º Dia 29/10/2014</b>	09h às 9h30	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura dos trabalhos.</li> <li>2. Aprovação da Pauta.</li> <li>3. Aprovação da Ata da 41ª Reunião.</li> </ol>
	9h30 às 12h30	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fluxograma e relato sobre a tramitação das resoluções</li> <li>2. Relato sobre GTI-SNDU</li> <li>3. Apresentação do Regimento Interno</li> </ol>
	14h às 17h	<p>Tema de conjuntura: Desafios e perspectivas para o desenvolvimento urbano após o processo eleitoral.</p> <p>- Convidar um pesquisador do IPEA, professor universitário ou cientista político. Nomes sugeridos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Márcio Porchman</li> <li>• Marcelo Neri (SAE)</li> <li>• IPEA</li> <li>• UNB ou outra universidade</li> </ul>
	17h	<p><b>Reunião dos Segmentos</b></p> <p>Pauta mínima: Indicação das entidades que integrarão o próximo mandato do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação De Interesse Social – FNHIS.</p>
<b>2º Dia 30/10/2014</b>	9 às 17 h	<b>Reuniões dos Comitês Técnicos</b>
	17 h	<b>Reunião de sistematização</b>
<b>3º Dia 31/10/2014</b>	09h às 11 h.	<p><b>- Relatos dos Comitês Habitação, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, Saneamento Ambiental e Planejamento e Gestão do Solo Urbano.</b></p> <p><b>- Relato do GT-ONU-Habitat-III.</b></p>
	11h-12h	
	14 às 17 h.	<b>- Leitura e aprovação das resoluções.</b>

## REUNIÕES DOS COMITÊS TÉCNICOS

### **Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano**

- Campanha da Função Social da propriedade.
- Informes gerais sobre as ações da SNAPU.

### **Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana**

#### **Manhã**

- Apresentação da CBTU (orçamento, projetos e processo de desestatização em cada estado).
- Balanço das resoluções elaboradas pelo Comitê (o que existe e o que aguarda aprovação).

#### **Tarde**

- Planos de Mobilidade.
- Pacto pela Mobilidade.

### **Comitê Técnico de Saneamento Ambiental**

1. Temas para elaboração de Plano de Ações prioritárias para o CTSA – 5ª Gestão (2014-2016) - período da tarde.

Obs.: No período da manhã ocorrerá a reunião do GTI-PLANSAB;

### **Comitê Técnico de Habitação**

#### **Informes:**

- Apresentações do Balanço do PAC- UAP e PAC-Hab atualizado.
- Apresentações do Balanço PMCMV atualizado.
- Apresentações da situação de regularidade dos entes federados em relação ao SNHIS.
- Comunicação sobre participação da SNH em evento internacional no México.

#### **Pauta**

- Avanços e discussões em relação às recomendações surgidas na “Oficina PMCMV – Diálogos para Avançar” promovida pela CAIXA, após as contribuições dos GT’s Assistência Técnica, Moradia Social e Auto-Gestão.
- Definição de outras formas de recepção de contribuições ao MCMV-3.

- Convocação nas reuniões do Conselho da Comissão de Coordenação conforme estabelece o Regimento Interno.
- Acompanhamento da tramitação das resoluções aprovadas - após quarta-feira enviar atualização das publicações (Anexo III).
- Processo eletivo das entidades que compõem o CGFNHIS – Memorando 003936 – anexo – enviar informe para os segmentos com relato.
- Seconcid elaborará apresentação para subsidiar a análise do Regimento Interno do Conselho das Cidades no Plenário.
- Enviar a lista de presença da 41ª Reunião para cada segmento, a fim de acompanhar assiduidade dos representantes de titular e suplente.